



## **A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS EM CUBA**

**Diego Ruas Silva**

Universidade Nacional de Brasília (UnB)  
[diegoruassilva@gmail.com](mailto:diegoruassilva@gmail.com)

**Natália Sousa Guimarães**

Faculdade de Direito  
Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás  
[natalia.gyn@hotmail.com](mailto:natalia.gyn@hotmail.com)

**Rafaela Oliveira de Souza**

Faculdade de Direito  
Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás  
[rafasouza96@hotmail.com](mailto:rafasouza96@hotmail.com)

### **Introdução**

Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações estratégicas podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. (ALTIERI, 1998, p. 110).

Na análise do custo-benefício dos modos de produção agrícolas não pode ser levado em conta apenas a rentabilidade financeira. Deve ser utilizada uma definição mais ampliada de produtividade, que essencialmente inclua os custos e benefícios ambientais, sociais e culturais, para além dos parâmetros clássicos: trabalho, capital e insumos. Tal análise mostra o evidente benefício social em se utilizar tecnologias que conservem o meio ambiente, produzam alimentos saudáveis e garantam a soberania popular e alimentar.

Segundo Bombardi (2004) o trabalho, para o campesinato, é mesclado com outras instâncias da vida; não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração de lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita ou deseja.



Situar a reforma agrária e os tipos de agricultura familiar como componente necessário à busca do desenvolvimento e consolidação de políticas democráticas a exemplo de países como Cuba é importante para que se possa rebater argumentos de que a agricultura familiar é arcaica ou inútil econômico e socialmente. Nenhum plano de desenvolvimento econômico equilibrado pode ser considerado racional se seu objetivo não for, primordialmente, garantir a melhoria das condições de alimentação do povo.

No mundo rural enfrenta-se a atomização da família camponesa. A monocultura tradicional não oferece papéis interessantes ou remunerativos para a juventude e demais membros da família. No Movimento Agroecológico a situação de gênero também é complexa, mas aos poucos está conseguindo incidir sobre essas tendências de maneira positiva, incorporando a mulher no trabalho social com autonomia, gerando uma diversidade de papéis para toda a família e diminuindo o poder exclusivo do homem na unidade familiar.

A tendência mundial com relação à quantidade de agricultores diminui a cada dia. No entanto, o setor camponês cubano experimentou um aumento das pessoas que realizam atividades agrícolas nos últimos 20 anos, o que é resultado de uma política de Estado para entrega de terras ociosas em usufruto permanente e gratuito a pessoas naturais e jurídicas que tenham interesse e possibilidade de explorá-las.

A transição agroecológica é baseada numa relação complementar entre a necessidade de aumentar a produção agrícola e a promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis que não estejam baseados apenas no aumento da escala de produção.

## **Resultados e Discussão**

No final da década de 1950, o latifúndio já ocupava as maiores extensões e as melhores terras de Cuba. Só 9,4% dos proprietários possuíam mais de 73% da terra, enquanto 25% das terras agrícolas do país estavam em mãos do capital estrangeiro. Por outro lado, 90% dos pequenos proprietários contavam com apenas pouco mais de 26% da área e, destes, 85% trabalhava a terra em condições de arrendamento, parceria ou posse a título precário. O analfabetismo nas zonas rurais ultrapassava 41% e a alimentação era deficiente para 96% da população rural, mostrando indicadores sociais alarmantes.



A Primeira Lei da Reforma Agrária de 1959 compreendeu 33% das terras de Cuba, beneficiando mais de 100 mil camponeses. Erradicou o latifúndio, a propriedade estrangeira sobre bens rústicos e as formas de posse não proprietárias, passando as terras para quem, de fato trabalhava. Já com a promulgação da Segunda Lei de Reforma Agrária em 1963, essa porcentagem subiu para 66%, sendo a base do desenvolvimento socialista cubano. Todas as propriedades com mais de 67 hectares tornavam-se automaticamente nacionalizadas.

No final dos anos 1980, o panorama resultante da monocultura agroexportadora era explícito: Cuba importava 48% dos fertilizantes e 82% dos pesticidas. Além disso, muitos componentes dos fertilizantes agrícolas formulados no país também procediam do exterior. Desde os anos 1960 até os anos 1980, os acordos comerciais favoráveis com o bloco socialista propiciaram o estabelecimento de fluxos de exportações e importações agrícolas com marcada tendência à especialização.

Devido aos termos favoráveis de intercâmbio, a produção de açúcar para exportação era muito mais rentável do que a produção de alimentos. Até meados dos anos 1980, a flutuação dos preços internacionais não representava maiores problemas para o país. O comércio cubano com a União Soviética representava 70% de seu comércio total, sendo outros 15% com o resto do bloco socialista. Os recursos obtidos com essas exportações eram utilizados para comprar agroquímicos, combustíveis para a agricultura e outros fins, assim como alimentos para a população a preços razoáveis.

No final de 1989 e 1990 os Estados Unidos endureceu o bloqueio e desapareceram as relações comerciais com os países do Leste europeu e Cuba submergiu na crise econômica. Imediatamente reduziram-se as importações de petróleo a 53%, as de trigo e outros grãos para consumo humano caíram mais de 50%, entre outros alimentos que diminuíram ainda mais. A agricultura cubana enfrentou uma queda de mais de 80% na disponibilidade de fertilizantes e pesticidas. Mas, ao mesmo tempo, enfrentou o desafio de incrementar drástica e urgentemente a produção nacional de alimentos, para substituir as importações. (ROSSET; BENJAMIN, 1995, p. 110; ROSSET, 1997, p. 19-25).

As consequências da monocultura não se manifestaram do dia para a noite. A queda do bloco socialista fez por expor as consequências da dependência, antes ocultas pelos acordos favoráveis a Cuba. Foi então percebido que o traje brilhante da I Revolução Verde não era tão brilhante assim.



Só a partir de 1994 o Estado passou a efetivar políticas que garantissem uma maior segurança alimentar e uma reforma agrária mais ampla, mediante a entrega de terras em usufruto a mais de 140 mil famílias, principalmente para incrementar a produção de alimentos e de outras culturas de interesse econômico para o país, como fumo, café e cacau. O esgotamento dos recursos naturais, em geral e a degradação dos solos, que afeta cerca de 70% da superfície agrícola cubana, também exigiram mudanças nos modelos de produção antes adotados.

As transformações tecnológicas na agricultura cubana durante este período caracterizaram-se por uma mescla de métodos clássicos de extensão agrícola e de projetos aos quais foram incorporadas a iniciativa camponesa individual, tecnologias mais ecológicas e uma série de medidas do Estado no plano das políticas setoriais, como a mídia cubana, que contribuiu significativamente para a mudança e construção social entre produtores e consumidores. Uma maior consciência ecológica e firmes políticas ambientalistas de Estado permitiram iniciar, desde a década de 1980, uma recuperação desses desequilíbrios, assim como propiciaram práticas mais sustentáveis do meio ambiente e dos recursos naturais. (VALDÉS PAZ, 2011).

O Movimento Agroecológico foi promovido e iniciado pela Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), em 1997. Nesse período de quase duas décadas, conseguiu aglutinar mais de 100 mil famílias camponesas em toda ilha, o que representa a terça parte das mais de 250 mil economias familiares camponesas cubanas.

Sem que o protagonismo do camponês fosse perdido durante o processo, o Movimento Agroecológico beneficiou-se, desde seu início, de uma série de programas nacionais e de políticas do Estado que facilitaram sua rápida evolução, fomentando a criação de cooperativas tentando descentralizar as estruturas e a posse da terra e diversificar os cultivos, como o Programa Nacional de Produção de Matéria Orgânica, que teve início no começo dos anos 90, com o objetivo de produzir adubos orgânicos como uma solução estratégica para o déficit de fertilizantes químicos e alternativa para o melhoramento e conservação dos solos.

Alternativas como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Suburbana de Cuba (AUSC), iniciado em 1994 com o objetivo de produzir alimentos saudáveis e frescos em áreas urbanas e periurbanas antes improdutivas, incluiu o fomento de hábitos produtivos nos quintais e jardins das casas, além de envolver todas as cooperativas da



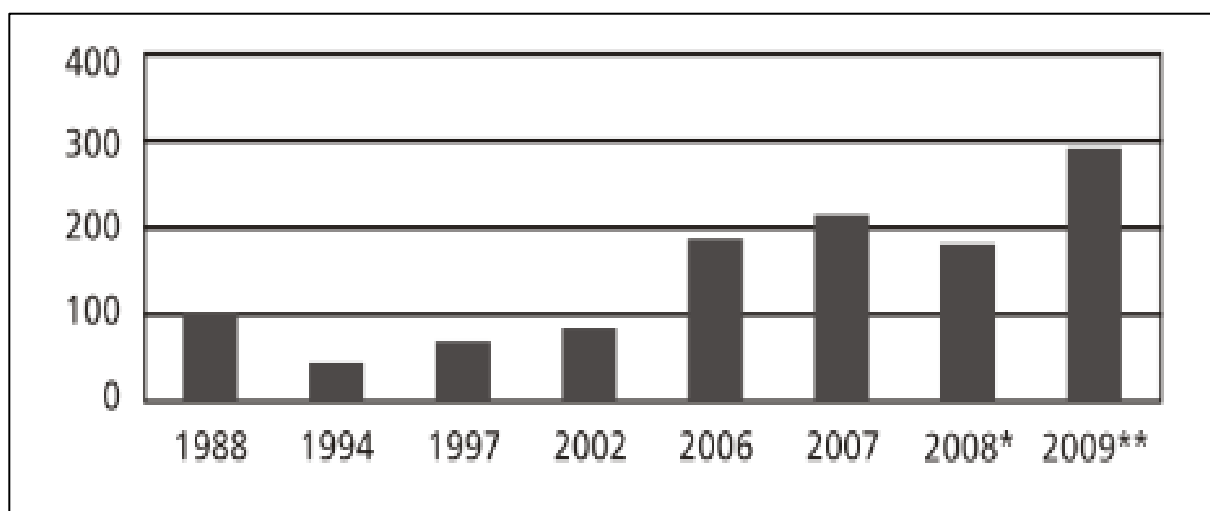
DE 25 À 28 DE JUNHO DE 2014 - UEG CAMPUS GOIÁS

região, contando com 28 projetos destinados a assegurar a diversificação e a sustentabilidade com base nas práticas orgânicas e o uso racional dos recursos locais.

Através do AUSC foram utilizadas diversas áreas ociosas, criadas vagas permanentes para mais de 350 mil pessoas e, de acordo com os dados das Orientações para os Subprogramas da Agricultura Urbana de 2006 a 2010, a produção de hortaliças cresceu de 580 mil toneladas em 1994 para mais de 4,3 milhões em 2006.

O Gráfico 1 mostra a dinâmica da produção camponesa durante as últimas duas décadas, à medida que transitou por um processo de profundas mudanças no sentido da agricultura ecológica.

**Gráfico 1.** Dinâmica do crescimento da produção camponesa comercializada (1998=100).



**Fonte:** ANAP apud Machín et al. (2012)

\* A produção de 2008 foi drasticamente afetada por três furacões.

\*\* Os dados de 2009 baseiam-se em projeções do Plano de Plantio.

Porém, na data de encerramento, as entregas eram superiores às projeções do Plano e, portanto, a cifra é conservadora. As difíceis condições de recuperação da agricultura em terras estatais ou recentemente “desestatizadas” deram lugar a uma reserva crescente de terras ociosas, o que apresentou a necessidade imperiosa de sua redistribuição de terras em condições de usufruto para novos camponeses, camponeses tradicionais e cooperativas com disponibilidade de força de trabalho, resultando na quarta reforma agrária cubana, iniciada em 2008. O efeito desse processo ainda em curso foi diminuir a posse de terras estatais para aproximadamente



25%, assim como elevar o número de ocupantes individuais, proprietários de seus fundos ou usufrutuários de terras nacionais (VALDÉS PAZ, 2011).

Como relatado por Marc Frank no sítio internacional.estadao.com.br (<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,cuba-registra-disparada-no-preco-dos-alimentos,829669>) Desde que Raúl Catro, atual presidente de Cuba substituiu seu irmão Fidel como presidente, em 2008, existe a promessa de priorizar a reforma agrícola e a produtividade dos alimentos. Um informe oficial do governo cubano revelou que, dos mais de 1 milhão de hectares de terras estatais entregues em usufruto a novos produtores em 2008, para aumentar a oferta de alimentos, 54% continuam improdutivas. Cuba foi fortemente atingida pela crise econômica global e vários furacões em 2008. Em 2011 a produção agrícola aumentou apenas 2%, depois de cair 2,5% em 2010. Atualmente, Cuba produz menos alimentos do que produzia em 2005. Ao mesmo tempo, Raúl reduziu as importações de alimentos para cortar gastos e evitar um maior endividamento do Estado. Cuba importa 60 a 70% dos alimentos que consome, o que devasta seu orçamento.

As respostas quantitativas não foram satisfatórias, talvez, pelos problemas organizacionais, econômicos e até conceituais do modelo socialista que estavam – e estão – afetando um setor no qual foram introduzidas mudanças aceleradas, com relativa abertura aos moldes capitalistas, como as novas formas de posse da terra e a comercialização.

A contradição relativa entre transgênicos e agroecologia é evidente. Melhoramento genético não pode ser confundido com transgenia, uma vez que o primeiro é feito desde a antiguidade com a reprodução de sementes crioulas. A produção de cultivos manipulados geneticamente poder afetar a biodiversidade com suas consequências desconhecidas, desequilibrando as mudanças nas expressões gênicas e casando riscos à vida animal.

## **Considerações Finais**

É importante destacar que as condições de Cuba facilitaram que o Movimento Agroecológico tivesse um relativo sucesso, e que a reforma agrária do país esteve relacionada com a queda da União Soviética, que, por exemplo, apoiava as monoculturas



de cana-de-açúcar, que requeria tanto insumos químicos como mecanização pesada. Não foi assim em outros países. Além do mais, em Cuba, o camponês não está desprotegido: transitou de uma agricultura convencional para a agroecologia com certa adaptabilidade, devido ao apoio do Estado.

O êxito obtido em Cuba no que concerne à soberania alimentar e produtividade agrícola campesina em geral são paradigmas do que pode ser realizado quando há interesse do Estado em promover políticas voltadas ao povo.

Quando se tem por objetivo uma reforma agrária, o maior desafio talvez seja superar as insuficiências e principalmente as contradições advindas dos modelos históricos. Com os bombardeios do sistema capitalista e latifundiário, não é possível pensar numa reforma eficiente sem levar em consideração um sistema nacional de planejamento da economia conjuntamente.

A queda dos entraves da burocracia estatal e do controle excessivo sobre os meios de produção, aliado aos investimentos necessários para desenvolver todo o potencial já demonstrado pela agroecologia em produzir alimentos é um obstáculo. É difícil esperar que em algum momento possam ser atendidas as grandes expectativas de produção deste modelo, quando os investimentos, nos meios até mais rudimentares, não são realizados na mesma proporção.

As reformas agrárias “de cima para baixo”, geralmente, são restritas a políticas compensatórias numa forma de controle social no qual o Estado só satisfaz parcialmente as necessidades dos menos favorecidos de forma a apaziguar o conflito social. Uma verdadeira revolução agrária e agroecológica deve ser necessariamente pautada em profundas transformações culturais, ambientais, sociais e econômicas, ousadas dificilmente cultivadas nos projetos políticos governamentais da atualidade. Apesar de todos os percalços e contradições do processo, Cuba ainda é um exemplo dessa atitude.

## Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1 ed. Porto Alegre: Editora UFRS, 1998.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2004.



DE 25 À 28 DE JUNHO DE 2014 - UEG CAMPUS GOIÁS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.

FUNES, F.; GARCÍA, L.; BUORQUE, M.; PÉREZ, N. e ROSSET, P. ***Sustainable agriculture and resistance: transforming food production in Cuba***. Oakland, CA: Food First, 2002.

MACHÍN, B. et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

NAKANO, Y. **A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura**. Economia Política, 1(3):3-16, jul/set. 1981.

ROSSET, P. M. Alternative agriculture and crisis in Cuba. **IEEE Technology and Society Magazine**, v. 16, p. 19-25, 1997.

ROSSET, P. M.; BENJAMIN, M. **A revolução está ficando verde: experimentos cubanos em agricultura orgânica**. Ijuí: Unijuí/AS-PTA, 1995. 110 p.

VALDÉS PAZ, J. **La revolución agraria cubana: logros y desafios**. Estudios Avanzados 25 (72), 2011.

WRIGHT, J. **A transição agroecológica na agricultura cubana**. Agriculturas - v. 3 - no 3 - out. 2006.